

**CONSELHO NACIONAL DO MINISTÉRIO PÚBLICO**

Setor de Administração Federal Sul - SAFS, Qd 2 Lt 3  
Edifício Adail Belmonte  
Brasília - DF - CEP: 70070-600  
Telefone: (61) 3366-9100  
www.cntp.mp.br

**SUMÁRIO**

Presidência.....	1
Plenário.....	26
Corregedoria Nacional.....	29

**PRESIDÊNCIA****CONSELHO NACIONAL DO MINISTÉRIO PÚBLICO**

19ª Sessão Ordinária de 2022

Dia: 19/12/2022

Hora: 09:00 horas

Local: Plenário do Conselho Nacional do Ministério Público – SAF Sul, Quadra 2, Lote 3 – Brasília-DF

**PAUTA DESTA SESSÃO****PARTE I**

1) Aprovação das Atas da 17ª Sessão Ordinária de 2022 (22/11/2022) e da 18ª Sessão Ordinária de 2022 (29/11/2022).

**PARTE II – PROCESSOS ELETRÔNICOS****Processos com Pedidos de Vista**

Pedido de Vista na 5ª Sessão Ordinária de 2021 (13/04/2021)

1) Pedido de Providências nº 1.00448/2020-75

Requerente: Misael Silva Nogueira

Requerido: Ministério Público do Estado do Amapá  
Ministério Público do Estado do Amapá. Irregularidades. Pagamento de subsídios de membros. Valores acima do teto constitucional. Vedação ao recebimento de vantagens e auxílios ao subsídio.

Objeto: Cons. Ângelo Fabiano Farias da Costa

Relator: Amapá

Origem: Vista: Cons. Oswaldo D'Albuquerque Lima Neto

Pedidos de Vista na 9ª Sessão Ordinária de 2021 (08/06/2021)

2) Proposição nº 1.00415/2021-60

Requerente: Marcelo Weitzel Rabello de Souza

Interessados: Associação Nacional do Ministério Público Militar; Associação Nacional dos Procuradores da República; Associação Nacional dos Procuradores do Trabalho; Associação Nacional dos Membros do Ministério Público; Comissão de Preservação da Autonomia do Ministério Público; Ministérios Públicos Estaduais; Ramos do Ministério Público da União  
Objeto: Conselho Nacional do Ministério Público. Proposta de Resolução. Institui a Política Nacional de Proteção de Dados Pessoais e o Sistema Nacional de Proteção de Dados Pessoais do Ministério Público brasileiro, e dá outras providências.  
Relator: Cons. Ângelo Fabiano Farias da Costa  
Origem: Distrito Federal  
Vista: Cons. Otavio Luiz Rodrigues Junior

3) Procedimento de Controle Administrativo nº 1.00447/2017-70 (Recurso Interno)

Recorrente: Fábio George Cruz da Nóbrega  
Recorrido: Ministério Público do Estado do Rio Grande do Norte  
Objeto: Ministério Público do Estado do Rio Grande do Norte. Resolução n.º 078/2017 – PGJ/RN. Regulamentação da conversão em pecúnia de férias e licenças-prêmio não gozadas por necessidade do serviço. Necessidade de serviço. Presunção.  
Relator: Arguição de nulidade da referida Resolução. Pedido de liminar.  
Origem: Cons. Engels Augusto Muniz  
Vista: Rio Grande do Norte  
Cons. Oswaldo D’Albuquerque Lima Neto

Pedido de Vista na 11ª Sessão Ordinária de 2021 (10/08/2021)

4) Procedimento de Controle Administrativo nº 1.00645/2020-85

Requerente: Vanessa Fernandes Queiroga Pita  
Requerido: Ministério Público do Estado de Alagoas  
Objeto: Ministério Público do Estado de Alagoas. Concurso público para provimento de cargos. Analista do Ministério Público, área de Comunicação Social. Manutenção de servidores em cargos comissionados. Prejuízos à nomeação dos candidatos aprovados.  
Relator: Cons. Rinaldo Reis Lima  
Origem: Alagoas  
Vista: Cons. Oswaldo D’Albuquerque Lima Neto

Pedido de Vista na 1ª Sessão Ordinária de 2022 (08/02/2022)

5) Reclamação Disciplinar nº 1.01326/2021-50

Requerente: José Antonio dos Santos Medeiros  
Requerido: Membro do Ministério Público do Estado de Mato Grosso  
Interessados: Corregedoria Geral do Ministério Público do Estado de Mato Grosso; Ministério Público do Estado de Mato Grosso  
Objeto: Reclamação Disciplinar instaurada em desfavor de membro do Ministério Público do Estado de Mato Grosso.  
Relator: Cons. Oswaldo D’Albuquerque Lima Neto  
Origem: Mato Grosso  
Vista: Cons. Paulo Cezar dos Passos  
Cons. Ângelo Fabiano Farias da Costa

Pedido de Vista na 3ª Sessão Ordinária de 2022 (15/03/2022)

6) Processo Administrativo Disciplinar nº 1.00383/2019-89 (Embargos de Declaração)

Embargantes: Fernanda Alitta Moreira da Costa; Roberto Portela Mildner  
Advogados: Fábio Medina Osório – OAB/RS n.º 64975; Eduardo Silva Toledo – OAB/DF n.º 44.181  
Embargado: Corregedoria Nacional do Ministério Público

Membros do Ministério Público do Trabalho no Estado do Rio Grande do Sul. Prática de assédio moral contra servidores, estagiários e funcionários terceirizados. Procuradoria do Trabalho do Município de Santo Ângelo. Informações colhidas na Reclamação Disciplinar nº 1.00773/2018-96. Portaria CNMP-CN nº 46/2019.

Objeto: Reclamação Disciplinar nº 1.00773/2018-96. Portaria CNMP-CN nº 46/2019.  
Relator: Cons. Antônio Edílio Magalhães Teixeira  
Origem: Distrito Federal  
Vista: Cons. Engels Augusto Muniz

Pedido de Vista na 6ª Sessão Ordinária de 2022 (26/04/2022)

- 7) Revisão de Processo Disciplinar nº 1.01094/2021-58
- Requerente: Cristiano Zanin Martins  
Requerido: Corregedoria do Ministério Público Federal  
Interessado: Membro do Ministério Público Federal  
Advogados: Felipe de Oliveira Mesquita – OAB/DF n.º 34.673; Fernando Gaião Torreão de Carvalho – OAB/DF n.º 20.800; Andre Fonseca Roller – OAB/DF n.º 20.742  
Ministério Público Federal. Revisão de Processo Disciplinar. Expediente PGR-00020423/2021. Decisão definitiva proferida pela Corregedoria Geral do Ministério Público Federal, que determinou o arquivamento da representação.
- Objeto: Revisão de Processo Disciplinar nº 1.01094/2021-58.  
Relator: Cons. Jaime de Cassio Miranda  
Origem: Distrito Federal  
Cons. Otavio Luiz Rodrigues Junior  
Cons. Antônio Edílio Magalhães Teixeira  
Vista: Cons. Daniel Carnio Costa

Pedido de Vista na 7ª Sessão Ordinária de 2022 (10/05/2022)

- 8) Procedimento de Controle Administrativo nº 1.00347/2022-66
- Requerente: Associação do Ministério Público do Estado do Pará  
Advogados: Claubert Hudson Cardoso Duarte – OAB/PA nº 23.621; Daniel Konstadinidis – OAB/PA nº 9.167; Thiago Carvalhaes Peres – OAB/PA nº 21.233  
Requerido: Ministério Público do Estado do Pará  
Ministério Público do Estado do Pará. Desconstituição de ato da Corregedoria-Geral. Determinação para que a Corregedoria Geral se abstenha de realizar controle prévio dos objetivos lançados nos planos de atuação dos membros. Ausência de competência administrativa para o ato e violação ao princípio institucional de independência funcional. Resolução n.º 007/2016-CPJ-MPPA.
- Objeto: Pedido de liminar.  
Relator: Cons. Rinaldo Reis Lima  
Origem: Pará  
Vista: Cons. Oswaldo D'Albuquerque Lima Neto

Pedidos de Vista na 8ª Sessão Ordinária de 2022 (24/05/2022)

- 9) Reclamação para Preservação da Autonomia do Ministério Público nº 1.01100/2017-27
- Requerente: Ministério Público do Distrito Federal e Territórios  
Requeridos: Ministério Público Federal; Procuradoria Federal dos Direitos do Cidadão  
Interessados: Deborah Macedo Duprat de Britto Pereira; Sergio Gardenghi Suiama  
Conselho Nacional do Ministério Público. Nota Técnica n.º 11/2017/PCDF/MPF.
- Objeto: Proteção à criança e ao adolescente. Atuação dos Ministérios Públicos estaduais.  
Relator: Cons. Daniel Carnio Costa  
Origem: Distrito Federal  
Vista: Cons. Antônio Edílio Magalhães Teixeira
- 10) Reclamação para Preservação da Autonomia do Ministério Público nº 1.01105/2017-03
- Requerentes: Anna Maria Amarante Brancio; Marya Olimpia Ribeiro Pacheco; Renato Barão Varalda

Requeridos: Ministério Público Federal; Procuradoria Federal dos Direitos do Cidadão  
Interessados: Deborah Macedo Duprat de Britto Pereira; Sergio Gardenghi Suiama  
Ministério Público Federal. Conflito de atribuições entre a Procuradoria Federal dos  
Direitos do Cidadão e a Justiça Estadual. Edição de Nota Técnica nº  
Objeto: 11/2017/PFDC/MPF. Matéria da infância e juventude.  
Relator: Cons. Daniel Carnio Costa  
Origem: Distrito Federal  
Vista: Cons. Antônio Edílio Magalhães Teixeira

Pedido de Vista na 10ª Sessão Ordinária de 2022 (28/06/2022)

- 11) Procedimento de Controle Administrativo nº 1.00541/2022-05  
Requerente: Silvia Leticia Bernardes Mariosi Amaral  
Requerido: Ministério Público do Estado de Minas Gerais  
Interessado: Bernardo de Moura Lima Paiva Jeha  
Ministério Público do Estado de Minas Gerais. Remoção de Promotor de Justiça  
para a 1ª Promotoria de Comarca de Itaúna. Alegação de ilegalidades ocorridas na  
votação do Conselho Superior do Ministério Público do Estado de Minas Gerais.  
Objeto: Pedido de liminar.  
Relator: Cons. Rodrigo Badaró Almeida de Castro  
Origem: Minas Gerais  
Vista: Cons. Paulo Cezar dos Passos

Pedidos de Vista na 11ª Sessão Ordinária de 2022 (09/08/2022)

- 12) Procedimento de Controle Administrativo nº 1.00247/2021-30  
Requerente: Associação do Ministério Público do Estado da Bahia  
Advogado: Manoel Joaquim Pinto Rodrigues da Costa – OAB/BA nº 11.024  
Requerido: Ministério Público do Estado da Bahia  
Ministério Público do Estado da Bahia. Desconstituição de ato. Resolução nº 101,  
aprovada pelo Conselho Superior. Ato Nº 01/2021-CGMP/BA, editado pela  
Corregedoria Geral. Regulamentação do estágio probatório dos membros do  
Objeto: Ministério Público do Estado da Bahia. Pedido liminar.  
Relator: Cons. Rinaldo Reis Lima  
Origem: Bahia  
Cons. Moacyr Rey Filho  
Cons. Ângelo Fabiano Farias da Costa  
Cons. Jayme Martins de Oliveira Neto  
Vista: Cons. Oswaldo D'Albuquerque Lima Neto

- 13) Pedido de Providências nº 1.00422/2022-34  
Requerente: Rainor Ido da Silva  
Advogado: Francisco Yukio Hayashi – OAB/SC nº 038522  
Requerido: Conselho Nacional do Ministério Público  
Conselho Nacional do Ministério Público. Decisão. Determinação para o  
Objeto: deferimento de pedido de cópias integrais do PCA CNMP nº 739/2021-80.  
Relator: Cons. Ângelo Fabiano Farias da Costa  
Origem: Distrito Federal  
Vista: Cons. Rogério Magnus Varela Gonçalves

Pedidos de Vista na 15ª Sessão Ordinária de 2022 (11/10/2022)

- 14) Processo Administrativo Disciplinar nº 1.00751/2020-40  
Requerente: Corregedoria Nacional do Ministério Público  
Requerido: Membro do Ministério Público do Distrito Federal e Territórios  
Interessado: Ministério Público do Distrito Federal e Territórios

Membro do Ministério Público do Distrito Federal e Territórios. Abuso do direito de petição. Promoção de representação disciplinar temerária em face de membro da Advocacia Geral da União. Informações colhidas na Reclamação Disciplinar CNMP nº 1.00310/2020-67. Portaria CNMP-CN nº 48/2020.

Objeto:  
Relator: Cons. Otavio Luiz Rodrigues Junior  
Origem: Distrito Federal  
Cons. Jaime de Cassio Miranda  
Vista: Cons. Rogério Magnus Varela Gonçalves

- 15) Proposição nº 1.00593/2022-45 (Embargos de Declaração)  
Embargante: Associação Nacional dos Membros do Ministério Público – CONAMP  
Conselho Nacional do Ministério Público. Proposta de Resolução. Alteração do art. 4º, § 1º, inciso II, da Resolução CNMP nº 223/2020, para suprimir locução do texto original e permitir que os valores das participações obrigatórias dos beneficiários possam ser objeto de ressarcimento.
- Objeto:  
Relator: Cons. Jaime de Cassio Miranda  
Origem: Distrito Federal  
Vista: Cons. Jayme Martins de Oliveira Neto

Pedidos de Vista na 17ª Sessão Ordinária de 2022 (22/11/2022)

- 16) Procedimento de Controle Administrativo nº 1.00706/2022-76  
Requerente: Beatriz Kicis Torrents de Sordi  
Requerido: Ministério Público do Estado da Bahia  
Interessado: Comissão de Infância e Juventude  
Ministério Público do Estado da Bahia. Controle. Recomendação nº 1/2022. 5ª Promotoria de Justiça de Eunápolis/BA. Adoção de medidas pelo Conselho Tutelar de Eunápolis, Itagimirim e Itapebi, pela Secretaria Municipal de Educação e por unidades de ensino públicas e privadas. Obrigatoriedade da imunização das crianças de 5 a 11 anos contra a Covid-19.
- Objeto:  
Relator: Cons. Jayme Martins de Oliveira Neto  
Origem: Bahia  
Vista: Cons. Otavio Luiz Rodrigues Junior

Pedidos de Vista na 18ª Sessão Ordinária de 2022 (29/11/2022)

- 17) Reclamação Disciplinar nº 1.00172/2021-60 (Processo Sigiloso)  
Requerente: Conselho Nacional do Ministério Público  
Requerido: Membro do Ministério Público Federal  
Reclamação Disciplinar instaurada em desfavor de membro do Ministério Público Federal.
- Objeto:  
Relator: Cons. Oswaldo D'Albuquerque Lima Neto  
Origem: Mato Grosso do Sul  
Vista: Cons. Antônio Edflício Magalhães Teixeira
- 18) Processo Administrativo Disciplinar nº 1.00882/2021-63  
Requerente: Corregedoria Nacional do Ministério Público  
Requerido: Membro do Ministério Público do Estado do Pará  
Advogado: Daniel Coutinho da Silveira – OAB/PA n.º 11595  
Membro do Ministério Público do Estado do Pará. Instrumentalização de sua atuação funcional em fundamentos ideológicos e desviando-se do atendimento do interesse público. Informações colhidas na Reclamação Disciplinar CNMP nº 1.00305/2021-80. Portaria CNMP-CN nº 34/2021.
- Objeto:  
Relator: Cons. Paulo Cezar dos Passos  
Origem: Pará  
Cons. Oswaldo D'Albuquerque Lima Neto  
Vista: Cons. Rinaldo Reis Lima

- 19) Reclamação Disciplinar nº 1.01272/2021-22  
Requerente: Corregedoria Nacional do Ministério Público  
Requerido: Membro do Ministério Público do Trabalho  
Interessados: Corregedoria do Ministério Público do Trabalho; Ministério Público do Trabalho  
Reclamação Disciplinar instaurada em desfavor de membro do Ministério Público do Trabalho.  
Objeto:  
Relator: Cons. Oswaldo D'Albuquerque Lima Neto  
Origem: Distrito Federal  
Vista: Cons. Ângelo Fabiano Farias da Costa
- 20) Processo Administrativo Disciplinar nº 1.01306/2021-60 (Mérito e Recurso Interno)  
Requerente: Corregedoria Nacional do Ministério Público  
Requeridos: Membros do Ministério Público Federal no Estado do Rio de Janeiro; Membro do Ministério Público do Estado de Sergipe  
Eugênio Pacelli de Oliveira – OAB/DF n.º 45288; Maria Letícia Gontijo Nascimento Gontijo – OAB/DF n.º 42023; Frederico Gomes Almeida Horta – OAB/MG n.º 96936; Sérgio Quintão e Silva – OAB/MG n.º 155372; Andrea Fonseca Roller – OAB/DF n.º 20742; Fernando Gaião Torreão de Carvalho – OAB/DF n.º 20.800; Felipe de Oliveira Mesquita – OAB/DF n.º 34.673  
Advogados:  
Recorrentes: Edison Lobão; Marcio Lobão; Romero Juca  
Advogado: Fábio Medina Osório – OAB/RJ n.º 160107  
Recorridos: Membros do Ministério Público Federal no Estado do Rio de Janeiro; Membro do Ministério Público do Estado de Sergipe  
Membros do Ministério Público Federal no Estado do Rio de Janeiro. Membro do Ministério Público do Estado de Sergipe. Apuração e infração disciplinar praticada no exercício de atividade funcional perante a Força Tarefa anteriormente denominado Lava Jato do Rio de Janeiro. Informações colhidas na Reclamação Disciplinar CNMP nº 1.00477/2021-45. Portaria CNMP-CN Nº 70/2021.  
Objeto:  
Relator: Cons. Ângelo Fabiano Farias da Costa  
Origem: Distrito Federal  
Vista: Cons. Jaime de Cassio Miranda (Vistor do Recurso Interno)
- 21) Sindicância nº 1.00617/2022-39 (Processo Sigiloso)  
Requerente: Corregedoria Nacional do Ministério Público  
Requerido: Membro do Ministério Público do Estado do Amazonas  
Daniel Cardoso Gerhard – OAB/MG n.º 101473; Aline Auzier Franca – OAB/AM n.º 17.230; Ana Luiza Moraes Rebouças – OAB/AM n.º 5.891  
Advogados:  
Objeto: Sindicância instaurada em desfavor de membro do Ministério Público do Estado do Amazonas.  
Relator: Cons. Oswaldo D'Albuquerque Lima Neto  
Origem: Amazonas  
Vista: Cons. Paulo Cezar dos Passos
- 22) Procedimento de Controle Administrativo nº 1.00929/2022-05 (Recurso Interno) (Apenso: Processo nº 1.00938/2022-98)  
Recorrente: Marcos Antonio Ferreira das Neves  
Recorrido: Ministério Público do Estado do Pará  
Ministério Público do Estado do Pará. Suspensão dos efeitos da decisão proferida pelo Conselho Superior do Ministério Público. Declaração de suspeição de membro para atuar na condição de integrante do Colégio de Procuradores de Justiça. Processo nº 037/2021-CPJ. Arquivamento do Inquérito Civil nº 000029-009/2020.  
Objeto: Notícia de Fato Nº 000441-151/2021. Pedido liminar.  
Relator: Cons. Daniel Carnio Costa  
Origem: Pará  
Vista: Cons. Paulo Cezar dos Passos

Processos com pedido de vista regimental cancelado em razão de fim de mandato

- 23) Proposição nº 1.00328/2018-90  
Requerente: Orlando Rochadel Moreira  
Conselho Nacional do Ministério Público. Proposta de Resolução. Dispõe sobre a impossibilidade de servidor ou membro do Ministério Público requerer a aposentadoria voluntária no curso de processo punitivo disciplinar.  
Objeto:  
Relator: Cons. Jaime de Cassio Miranda  
Origem: Distrito Federal
- 24) Proposição nº 1.00509/2018-25  
Requerente: Valter Shuenquener de Araújo  
Conselho Nacional do Ministério Público. Emenda Regimental. Acréscimo do inciso XX ao art. 5º, do RICNMP. Competência do Plenário para afastar, por inconstitucionalidade, e observada a maioria absoluta de seus membros, a aplicação de Lei aproveitada como base de ato administrativo objeto de controle.  
Objeto:  
Relator: Cons. Antônio Edílio Magalhães Teixeira  
Origem: Distrito Federal
- 25) Proposição nº 1.00891/2018-03  
Requerentes: Erick Venâncio Lima do Nascimento; Leonardo Accioly da Silva  
Interessado: Associação Brasileira dos Advogados Previdenciários  
Advogado: Donne Pisco – OAB/DF n.º 22.812  
Objeto: Conselho Nacional do Ministério Público. Proposta de Recomendação. Não intervenção do Ministério Público em contratos particulares firmados entre advogados e seus constituintes. Ausência de interesse de incapazes, interesse público ou social.  
Relator: Cons. Engels Augusto Muniz  
Origem: Distrito Federal
- 26) Proposição nº 1.00461/2019-18  
Requerente: Lauro Machado Nogueira  
Conselho Nacional do Ministério Público. Proposta de Resolução. Regulamento de cursos oficiais para ingresso, formação inicial e vitaliciamento de membros do Ministério Público.  
Objeto:  
Relator: Cons. Rinaldo Reis Lima  
Origem: Distrito Federal
- 27) Processo Administrativo Disciplinar nº 1.00635/2019-70 (Recurso Interno)  
Recorrente: Margaret Matos de Carvalho  
Rudi Meira Cassel – OAB/DF n.º 22.256; Jean Paulo Ruzzarin – OAB/DF n.º 21006; Araceli Alves Rodrigues – OAB/DF n.º 26720; Marcos Joel dos Santos – OAB/DF n.º 21203; Pedro Henrique Fernandes Rodrigues – OAB/DF n.º 42.804  
Advogados:  
Recorrido: Corregedoria Nacional do Ministério Público  
Membro do Ministério Público do Trabalho. Reclamação Disciplinar n.º 1.00319/2019-99. Manifestação em rede social. Conteúdo ofensivo ao Presidente da Câmara dos Deputados.  
Objeto:  
Relator: Cons. Rogério Magnus Varela Gonçalves  
Origem: Distrito Federal

Processos Remanescentes

Incluído na Pauta da 18ª Sessão Ordinária de 2019 (26/11/2019)

- 28) Proposição nº 1.01065/2017-37  
Requerentes: Erick Venâncio Lima do Nascimento; Leonardo Accioly da Silva  
Objeto: Conselho Nacional do Ministério Público. Proposta de Recomendação. Atuação dos

membros do Ministério Público na responsabilização civil e penal de advogados públicos ou privados emissores de pareceres técnicos.

Relator: Cons. Otavio Luiz Rodrigues Junior  
Origem: Distrito Federal

Incluído na Pauta da 6ª Sessão Ordinária de 2021 (27/04/2021)

- 29) Procedimento de Controle Administrativo nº 1.00216/2020-53  
Requerente: Maria Elda Fernandes Melo  
Requerido: Ministério Público do Distrito Federal e Territórios  
Ministério Público do Distrito Federal e Territórios. Suspensão do pagamento da diferença entre o subsídio do cargo de Procurador de Justiça e do cargo de Promotor de Justiça que estejam exercendo cargos em comissão ou função de confiança na Administração Superior. Anulação da Portaria nº 98/2019/PGJ. Cumprimento da Resolução CNMP nº 09/2016. Pedido liminar.  
Objeto: Cumprimento da Resolução CNMP nº 09/2016. Pedido liminar.  
Relator: Cons. Otavio Luiz Rodrigues Junior  
Origem: Distrito Federal

Incluído na Pauta da 15ª Sessão Ordinária de 2021 (18/10/2021 e 19/10/2021)

- 30) Proposição nº 1.01226/2021-14  
Requerente: Oswaldo D'Albuquerque Lima Neto  
Conselho Nacional do Ministério Público. Proposta de emenda regimental.  
Objeto: Alteração do §6º, do art. 7º, e faz acréscimos ao art. 59, do RICNMP.  
Relator: Cons. Engels Augusto Muniz  
Origem: Distrito Federal

Incluídos na Pauta da 1ª Sessão Ordinária de 2022 (08/02/2022)

- 31) Proposição nº 1.00271/2021-42  
Requerente: Luiz Fernando Bandeira de Mello Filho  
Associação Nacional do Ministério Público Militar; Associação Nacional dos Procuradores da República; Associação Nacional dos Procuradores do Trabalho; Associação Nacional dos Membros do Ministério Público; Comissão de Acompanhamento Legislativo e Jurisprudência; Conselho Nacional de Procuradores-Gerais do Ministério Público dos Estados e da União; Ministérios Públicos Estaduais; Ramos do Ministério Público da União  
Interessados: Conselho Nacional do Ministério Público. Dispõe sobre regras gerais regulamentares para concursos de ingresso na carreira do Ministério Público Brasileiro, consolidando as Resoluções nº 14/2006; nº 24/2007; nº 40/2009; nº 57/2010; nº 118/2014; nº 141/2016; nº 170/2017; nº 188/2018; nº 203/2019; nº 206/2019 e a Resolução nº 219/2020; o Enunciado nº 11/2016; e as Súmulas nº 4 e nº 5, de 2018; nº 6 e nº 7, de 2018, e nº 10 de 2018, e incluindo dispositivos com teor extraído das Recomendações nº 12/2009, nº 25/2014 e nº 40/2016 e sugerido na Proposta de Resolução nº 1.01141/2018-59.  
Objeto: na Proposta de Resolução nº 1.01141/2018-59.  
Relator: Cons. Daniel Carnio Costa  
Origem: Distrito Federal
- 32) Conflito de Atribuições nº 1.00681/2021-39  
Requerente: Procuradoria da República – Mato Grosso  
Requerido: Ministério Público do Estado de Mato Grosso  
Ministério Público Federal no Estado de Mato Grosso. Ministério Público do Estado de Mato Grosso. Conflito negativo de atribuições. Procedimento PGR 1.00.000.001361/2020-70. Apuração de possíveis atos de improbidade administrativa na administração dos recursos federais destinados à Secretaria Estadual de Educação para o Programa de Apoio à Alimentação Escolar na Educação Básica – PNAE.  
Objeto: Educação Básica – PNAE.



Relator: Cons. Engels Augusto Muniz  
Origem: Mato Grosso

Incluído na Pauta da 2ª Sessão Ordinária de 2022 (22/02/2022)

33) Proposição nº 1.01227/2021-78

Requerente: Sandra Krieger Gonçalves

Conselho Nacional do Ministério Público. Proposta de Resolução. Instituição da Política Nacional de Incentivo à Participação Institucional Feminina no Ministério Público e dispõe sobre a criação e manutenção, no âmbito do CNMP, de repositório online com dados de mulheres juristas brasileiras com expertise em diferentes áreas do Direito e que atuam em todas as áreas jurídicas – magistratura, Ministério Público, advocacia privada ou estatal, acadêmicas e servidoras públicas.

Objeto:

Relator: Cons. Jaime de Cassio Miranda

Origem: Distrito Federal

Incluído na Pauta da 3ª Sessão Ordinária de 2022

34) Proposição nº 1.00171/2022-05

Requerente: Otavio Luiz Rodrigues Junior

Conselho Nacional do Ministério Público. Proposta de Enunciado. Uniformização do julgamento de Conflitos de Atribuição que digam respeito a instituições de ensino superior (a) caso a demanda verse sobre questões privadas relacionadas ao contrato de prestação de serviços firmado entre a instituição de ensino superior e o aluno, tais como inadimplemento de mensalidade, cobrança de taxas, desde que não se trate de mandado de segurança, e, (b) em caso de mandado de segurança ou de registro de diploma perante o órgão público competente ou mesmo credenciamento da entidade perante o Ministério da Educação (MEC).

Objeto:

Relator: Cons. Jaime de Cassio Miranda

Origem: Distrito Federal

Incluído na Pauta da 4ª Sessão Ordinária de 2022 (29/03/2022)

35) Reclamação Disciplinar nº 1.00844/2020-00 (Processo Sigiloso)

Requerente: Sigiloso

Requerido: Membro do Ministério Público do Estado de Santa Catarina

Advogado: Marcelo Ramos Peregrino Ferreira – OAB/SC n.º 12309

Corregedoria Geral do Ministério Público do Estado de Santa Catarina; Ministério Público do Estado de Santa Catarina

Interessados: Reclamação Disciplinar instaurada em desfavor de membro do Ministério Público do Estado de Santa Catarina.

Objeto:

Relator: Cons. Oswaldo D'Albuquerque Lima Neto

Origem: Santa Catarina

Incluídos na Pauta da 5ª Sessão Ordinária de 2022 (19/04/2022)

36) Procedimento de Controle Administrativo nº 1.00474/2019-23

Requerente: Maria Elda Fernandes Melo

Requerido: Ministério Público do Distrito Federal e Territórios

Ministério Público do Distrito Federal e Territórios. Anulação de artigos da Portaria nº 98/PGJ/2019, bem como de termos dos anexos das Portarias nº 210/PGJ, nº 314/PGJ, nº 397/PGJ e nº 482/PGJ. Designações de membro para oficial perante Promotorias de Apoio Operacional. Pedido liminar.

Objeto:

Relator: Cons. Otavio Luiz Rodrigues Junior

Origem: Distrito Federal

- 37) Reclamação Disciplinar nº 1.00555/2019-23 (Recurso Interno)  
Recorrente: Luiz Paulo Teixeira Ferreira  
Advogada: Desiree Gonçalves de Sousa – OAB/DF n.º 51483  
Recorrido: Membro do Ministério Público Federal  
Reclamação Disciplinar instaurada em desfavor de membro do Ministério Público Federal.  
Objeto: Federal.  
Relator: Cons. Antônio Edílio Magalhães Teixeira  
Origem: Paraná
- 38) Conflito de Atribuições nº 1.00218/2022-40  
Requerente: Procuradoria da República – Maranhão  
Requerido: Ministério Público do Estado do Maranhão  
Ministério Público Federal no Estado do Maranhão. Ministério Público do Estado do Maranhão. Conflito negativo de atribuições. Notícia de Fato nº 1.19.002.000142/2021-62. SIMP nº 001993-509/2021. Apuração de existência de bingos clandestinos. Município de Aldeias Altas/MA.  
Objeto: bingos clandestinos. Município de Aldeias Altas/MA.  
Relator: Cons. Paulo Cezar dos Passos  
Origem: Maranhão

Incluídos na Pauta da 8ª Sessão Ordinária de 2022 (24/05/2022)

- 39) Proposição nº 1.00511/2018-30 (Embargos de Declaração)  
Embargantes1: Associação Nacional dos Procuradores da República; Associação Nacional dos Membros do Ministério Público; Associação Nacional dos Procuradores do Trabalho  
Embargante2: Associação do Ministério Público do Distrito Federal e Territórios  
Conselho Nacional do Ministério Público. Proposta de Resolução. Acrescenta o § 5º ao art. 1º, da Resolução CNMP nº 73/2011. Possibilidade do exercício das atividades de coaching e similares pelos membros do Ministério Público brasileiro.  
Objeto: atividades de coaching e similares pelos membros do Ministério Público brasileiro.  
Relator: Cons. Antônio Edílio Magalhães Teixeira  
Origem: Distrito Federal

Incluídos na Pauta da 9ª Sessão Ordinária de 2022 (14/06/2022)

- 40) Processo Administrativo Disciplinar nº 1.00408/2021-87  
Requerente: Conselho Nacional do Ministério Público  
Requeridos: Membros do Ministério Público do Estado de São Paulo  
Eduardo Pizarro Carnelos – OAB/SP n.º 78154; Roberto Soares Garcia – OAB/SP n.º 125605; Flavia Amarante Teixeira Duarte – OAB/SP n.º 434393  
Advogados: Corregedoria Geral do Ministério Público do Estado de São Paulo; Ministério Público do Estado de São Paulo  
Interessados: Membros do Ministério Público do Estado de São Paulo. Manifestação no bojo do Pedido de Providências nº 1.00675/2019-19. Possível manifestação difamatória e ofensiva em face de Conselheiros Nacionais do Ministério Público.  
Objeto: Manifestação no bojo do Pedido de Providências nº 1.00675/2019-19. Possível manifestação difamatória e ofensiva em face de Conselheiros Nacionais do Ministério Público.  
Relator: Cons. Engels Augusto Muniz  
Origem: Distrito Federal
- 41) Reclamação Disciplinar nº 1.01279/2021-08 (Embargos de Declaração) (Processo Sigiloso)  
Embargante: Sigiloso  
Embargado: Membro do Ministério Público Federal  
Felipe de Oliveira Mesquita – OAB/DF n.º 34.673; Fernando Gaião Torreão de Carvalho – OAB/DF n.º 20.800; Andre Fonseca Roller – OAB/DF n.º 20.742  
Advogados: Reclamação Disciplinar instaurada em desfavor de membro do Ministério Público Federal.  
Objeto: Reclamação Disciplinar instaurada em desfavor de membro do Ministério Público Federal.  
Relator: Cons. Jaime de Cassio Miranda  
Origem: Distrito Federal

42) Proposição nº 1.00138/2022-02

Requerente: Otavio Luiz Rodrigues Junior  
Associação Nacional do Ministério Público Militar; Associação Nacional dos Procuradores da República; Associação Nacional dos Procuradores do Trabalho; Associação Nacional dos Membros do Ministério Público; Conselho Nacional de Procuradores-Gerais do Ministério Público dos Estados e da União; Ministérios Públicos Estaduais; Ramos do Ministério Público da União

Interessados: Conselho Nacional do Ministério Público. Revogação do inciso V do artigo 1º da Resolução CNMP nº 208, de 13 de março de 2020, e restabelece o preenchimento e envio dos relatórios de inspeções de que trata Resolução CNMP nº 154, de 13 de dezembro de 2016.

Objeto: Cons. Daniel Carnio Costa

Relator: Distrito Federal

Origem:

Incluídos na Pauta da 10ª Sessão Ordinária de 2022 (28/06/2022)

43) Procedimento de Controle Administrativo nº 1.00006/2022-18

Requerente: Marcelo Yuri Moreira Martins

Advogado: Matheus Andrade Braga – OAB/CE n.º 40.495

Requerido: Ministério Público do Estado do Ceará  
Ministério Público do Estado do Ceará. Indicação de Técnico Ministerial para cargo comissionado de Assessor Jurídico I na 2ª Promotoria de Justiça de Conflitos Fundiários e Defesa da Habitação. Indeferimento. Pedido de liminar.

Objeto: Cons. Daniel Carnio Costa

Relator: Ceará

Origem:

44) Proposição nº 1.00326/2022-13

Requerentes: Antônio Edílio Magalhães Teixeira; Otavio Luiz Rodrigues Junior  
Associação Nacional do Ministério Público Militar; Associação Nacional dos Procuradores da República; Associação Nacional dos Procuradores do Trabalho; Associação Nacional dos Membros do Ministério Público; Comissão de Controle Administrativo e Financeiro; Comissão de Defesa dos Direitos Fundamentais; Ministérios Públicos Estaduais; Ramos do Ministério Público da União

Interessados: Conselho Nacional do Ministério Público. Proposta de Recomendação. Recomendação aos ramos e unidades do Ministério Público brasileiro a observância dos tratados, convenções, protocolos internacionais de direitos humanos e da jurisprudência da Corte Interamericana de Direitos Humanos, quando oportuno e conveniente.

Objeto: Cons. Ângelo Fabiano Farias da Costa

Relator: Distrito Federal

Origem:

Incluído na Pauta da 11ª Sessão Ordinária de 2022 (09/08/2022)

45) Conflito de Atribuições nº 1.00633/2022-03 (Processo Sigiloso)

Requerente: Procuradoria da República no Município de Santarém/PA

Requerido: Ministério Público do Estado do Pará  
Ministério Público Federal. Ministério Público do Estado do Pará. Conflito negativo de atribuição. Notícia de Fato nº 1.23.002.000265/2022-51 e Notícia de Fato nº 005482-031- 2022. Apuração de falta de prédio para funcionamento da escola localizada na comunidade São Francisco do Aruã, Gleba Nova Olinda, PEAEX

Objeto: Aruã/Santarém.

Relator: Cons. Moacyr Rey Filho

Origem: Pará

Incluídos na Pauta da 13ª Sessão Ordinária de 2022 (13/09/2022)

46) Proposição nº 1.00220/2019-05

Requerente: Valter Shuenquener de Araújo  
Conselho Nacional do Ministério Público. Alteração das Resoluções n.º 20/2007, n.º 129/2015 e n.º 181/2007. Adequação às disposições do art. 53, do Estatuto da Igualdade Racial e do Direito Internacional dos Direitos Humanos.  
Objeto:  
Relator: Cons. Rinaldo Reis Lima  
Origem: Distrito Federal

47) Proposição n.º 1.00301/2019-05

Requerentes: Erick Venâncio Lima do Nascimento; Leonardo Accioly da Silva  
Interessado: Associação Nacional dos Procuradores da República  
Conselho Nacional do Ministério Público. Proposta de Anteprojeto de Lei. Código de Ética e de Conduta do Ministério Público da União e dos Estados.  
Objeto:  
Relator: Cons. Jaime de Cassio Miranda  
Origem: Distrito Federal

48) Proposição n.º 1.00708/2019-32

Requerente: Dermeval Farias Gomes Filho  
Conselho Nacional do Ministério Público. Proposta de Recomendação. Fiscalização de verbas do Fundo Penitenciário Nacional. Ações dirigidas à ampliação de ofertas de vagas do sistema prisional.  
Objeto:  
Relator: Cons. Rinaldo Reis Lima  
Origem: Distrito Federal

49) Procedimento Avocado n.º 1.01165/2021-03

Requerente: Corregedoria Nacional do Ministério Público  
Requerido: Membro do Ministério Público do Estado do Acre  
Marcus Venicius Nunes da Silva – OAB/AC n.º 3886; Alessandro Callil de Castro – OAB/AC n.º 3.131  
Advogados:  
Corregedoria Geral do Ministério Público do Estado do Acre; Ministério Público do Estado do Acre  
Interessados:  
Ministério Público do Estado do Acre. Procedimento Avocado. Procedimento Administrativo Disciplinar n.º 10.2020.00000063-0. Acórdão proferido na Reclamação Disciplinar CNMP n.º 1.00601/2021-72.  
Objeto:  
Relator: Cons. Moacyr Rey Filho  
Origem: Acre

50) Proposição n.º 1.00139/2022-58

Requerente: Otavio Luiz Rodrigues Junior  
Associação Nacional do Ministério Público Militar; Associação Nacional dos Procuradores da República; Associação Nacional dos Procuradores do Trabalho; Associação Nacional dos Membros do Ministério Público – CONAMP; Ministérios Públicos Estaduais; Ramos do Ministério Público da União  
Interessados:  
Conselho Nacional do Ministério Público. Alteração da Resolução n.º 154, de 13 de dezembro de 2016, que dispõe sobre a atuação dos membros do Ministério Público na defesa dos direitos fundamentais das pessoas idosas residentes em instituições de longa permanência e dá outras providências.  
Objeto:  
Relator: Cons. Moacyr Rey Filho  
Origem: Distrito Federal

51) Processo Administrativo Disciplinar n.º 1.00154/2022-79

Requerente: Conselho Nacional do Ministério Público  
Requerido: Membro do Ministério Público Federal  
Felipe de Oliveira Mesquita – OAB/DF n.º 34.673; Andre Fonseca Roller – OAB/DF n.º 20.742; Fernando Gaião Torreão de Carvalho – OAB/DF n.º 20.800  
Advogados:  
Interessados:  
Corregedoria do Ministério Público Federal; Ministério Público Federal  
Membro do Ministério Público Federal. Procuradoria da República no Município de Mossoró/RN. Reclamação Disciplinar n.º 1.01257/2021-01.  
Objeto:

Relator: Cons. Ângelo Fabiano Farias da Costa  
Origem: Rio Grande do Norte

- 52) Reclamação Disciplinar nº 1.00234/2022-15 (Recurso Interno)  
Recorrente: Carlos Eduardo Lima  
Recorrido: Membro do Ministério Público Federal  
Objeto: Reclamação Disciplinar instaurada em desfavor de membro do Ministério Público Federal.  
Relator: Cons. Moacyr Rey Filho  
Origem: São Paulo
- 53) Reclamação para Preservação da Autonomia do Ministério Público nº 1.00433/2022-32  
Requerente: Kennedy Carvalho Bezerra  
Requerido: Ministério Público do Estado do Ceará  
Objeto: Ministério Público do Estado do Ceará. Suspensão da decisão proferida pelo Conselho Superior do Ministério Público, que converteu o julgamento em diligência, determinando o retorno do processo 01.2021.00016033-0 à origem. Desrespeito à independência funcional do requerente. Pedido liminar.  
Relator: Cons. Paulo Cezar dos Passos  
Origem: Ceará
- 54) Proposição nº 1.00630/2022-42  
Requerente: Rodrigo Badaró Almeida de Castro  
Objeto: Conselho Nacional do Ministério Público. Alteração da Resolução CNMP nº 173, de 4 de julho de 2017, para estabelecer a necessidade de envio automatizado ao CNMP das decisões dos órgãos colegiados dos ramos e unidades do Ministério Público investidos do controle da atuação extrajudicial finalística.  
Relator: Cons. Daniel Carnio Costa  
Origem: Distrito Federal
- 55) Proposição nº 1.00653/2022-00  
Requerente: Antônio Edílio Magalhães Teixeira  
Objeto: Associação Nacional do Ministério Público Militar; Associação Nacional dos Procuradores da República; Associação Nacional dos Membros do Ministério Público – CONAMP; Associação Nacional dos Procuradores do Trabalho; Conselho Nacional de Procuradores-Gerais do Ministério Público dos Estados e da União; Conselho Federal da Ordem dos Advogados do Brasil; Ministérios Públicos Estaduais; Ramos do Ministério Público da União  
Interessados: Conselho Nacional do Ministério Público. Proposta de Resolução. Alteração do art. 4º, inciso I, da Resolução CNMP nº 20/2007. Redução do número de visitas ordinárias na atividade de controle externo da atividade policial.  
Relator: Cons. Rinaldo Reis Lima  
Origem: Distrito Federal

Incluídos na Pauta da 15ª Sessão Ordinária de 2022 (11/10/2022)

- 56) Proposição nº 1.00634/2022-67  
Requerente: Oswaldo D'Albuquerque Lima Neto  
Objeto: Conselho Nacional do Ministério Público. Proposta de Resolução. Diretrizes para realização de videoconferência no âmbito do Ministério Público.  
Relator: Cons. Paulo Cezar dos Passos  
Origem: Distrito Federal
- 57) Proposição nº 1.00635/2022-10  
Requerente: Oswaldo D'Albuquerque Lima Neto  
Interessados: Associação Nacional do Ministério Público Militar; Associação Nacional dos Procuradores da República; Associação Nacional dos Membros do Ministério

Público – CONAMP; Associação Nacional dos Procuradores do Trabalho; Ministérios Públicos Estaduais; Ramos do Ministério Público da União Conselho Nacional do Ministério Público. Proposta de Emenda Regimental. Alteração do art. 148, §2º, do Regimento Interno do Conselho Nacional do Ministério Público.  
Objeto:  
Relator: Cons. Ângelo Fabiano Farias da Costa  
Origem: Distrito Federal

58) Pedido de Providências nº 1.00685/2022-43 (Recurso Interno)

Recorrente: Município de Araguaína  
Advogado: Gustavo Fidalgo e Vicente – OAB/TO n.º 2020  
Recorrido: Ministério Público do Trabalho  
Ministério Público do Trabalho. Recomendação ao Município de Araguaína/TO, em razão de suposta existência de assédio moral organizacional. Indeferimento de acesso aos autos do Inquérito Civil n.º 000033.2022.10.002/0 ao Município de Araguaína. Pedido de liminar.  
Objeto:  
Relator: Cons. Daniel Carnio Costa  
Origem: Tocantins

Incluídos na Pauta da 16ª Sessão Ordinária de 2022 (25/10/2022)

59) Revisão de Processo Disciplinar nº 1.00708/2021-93

Requerente: Angelo Goulart Villela  
Eugênio José Guilherme de Aragão – OAB/DF n.º 4935; Rafael de Souza Oliveira – OAB/DF n.º 36482  
Advogados:  
Requerido: Ministério Público Federal  
Ministério Público Federal. Revisão do Processo Administrativo Disciplinar nº 1.00.002.000042/2017-21. Decisão do Conselho Superior do MPF.  
Objeto:  
Relator: Cons. Otavio Luiz Rodrigues Junior  
Origem: Distrito Federal

60) Proposição nº 1.01297/2021-90

Requerente: Marcelo Weitzel Rabello de Souza  
Interessado: Comissão do Sistema Prisional e Controle Externo da Atividade Policial Conselho Nacional do Ministério Público. Proposta de Resolução. Regulamentação, no âmbito do Ministério Público, da tutela coletiva de segurança pública e do controle externo da atividade policial.  
Objeto:  
Relator: Cons. Rinaldo Reis Lima  
Origem: Distrito Federal

61) Proposição nº 1.01301/2021-92

Requerente: Marcelo Weitzel Rabello de Souza  
Interessado: Comissão do Sistema Prisional e Controle Externo da Atividade Policial Conselho Nacional do Ministério Público. Proposta de Resolução. Regulamentação, no âmbito das unidades e ramos do Ministério Público, da tutela coletiva das políticas públicas de execução penal e da atividade de fiscalização dos estabelecimentos penais efetuadas pelos seus membros.  
Objeto:  
Relator: Cons. Rinaldo Reis Lima  
Origem: Distrito Federal

62) Procedimento de Controle Administrativo nº 1.00708/2022-83 (Recurso Interno)

Recorrente: Alan Johnnes Lira Feitosa  
Recorrido: Ministério Público do Estado do Pará  
Ministério Público do Estado do Pará. Suspensão dos certames de promoção e de remoção. Aplicação das regras de antiguidade na entrância. Protocolo nº 59.998/2018. Pedido de reconsideração de decisão do Colégio de Procuradores do Ministério Público do Estado do Pará. Pedido Liminar  
Objeto:

Relator: Cons. Daniel Carnio Costa  
Origem: Pará

63) Revisão de Processo Disciplinar nº 1.00978/2022-76

Requerente: Ângelo Goulart Villela  
Eugênio José Guilherme de Aragão – OAB/DF n.º 4935; Rafael de Souza Oliveira –  
Advogados: OAB/DF n.º 36482  
Requerido: Ministério Público Federal  
Objeto: Ministério Público Federal. PAD 1.00.002.000050/2018-59. Alegação de nulidade.  
Relator: Cons. Otavio Luiz Rodrigues Junior  
Origem: Distrito Federal

64) Representação por Inércia ou Excesso de Prazo nº 1.00981/2022-35

Requerente: Marcio Vanderlei de Souza  
Requeridos: Ministério Público do Estado do Pará; Procuradoria da República – Pará/Castanhal  
Ministério Público Federal no Estado do Pará. Ministério Público do Estado do Pará.  
Omissão. Apuração de supostos crimes envolvendo a Associação dos Produtores  
Objeto: Rurais do Araguaia – Pará. NUP 1.23005.000124/2022-17.  
Relator: Cons. Rodrigo Badaró Almeida de Castro  
Origem: Pará

Incluídos na Pauta da 17ª Sessão Ordinária de 2022 (22/11/2022)

65) Reclamação Disciplinar nº 1.00591/2019-97 (Recurso Interno)

Recorrentes: José Renan Vasconcelos Calheiros; Rogerio Correia de Moura Baptista  
Recorridos: Membros do Ministério Público Federal  
Felipe de Oliveira Mesquita – OAB/DF n.º 34.673; Luiz Roberto Fonseca Silva –  
Advogados: OAB/SP n.º 351939; Marcio Fernando Elias Rosa – OAB/SP n.º 83.744  
Reclamação Disciplinar instaurada em desfavor de membros do Ministério Público  
Objeto: Federal.  
Relator: Cons. Antônio Edílio Magalhães Teixeira  
Origem: Paraná

66) Pedido de Providências nº 1.00642/2021-04

Belivaldo Chagas Silva; Camilo Sobreira de Santana; Flavio Dino de Castro e  
Costa; João Azevedo Lins Filho; José Renan Vasconcelos Calheiros Filho; José  
Wellington Barroso de Araujo Dias; Maria de Fátima Bezerra; Paulo Henrique  
Requerentes: Saraiva Câmara; Rui Costa dos Santos  
Ricardo de Lima Sellos – OAB/MA n.º 8386; Rodrigo Maia Rocha – OAB/MA n.º  
Advogados: 6469  
Requeridos: Lindora Maria Araujo; Ministério Público Federal  
Ministério Público Federal. Determinação de redistribuição do Procedimento  
Administrativo nº 1.00.000.005524/2020-93 ao órgão ministerial competente.  
Apuração da utilização de recursos públicos federais repassados aos Estados para  
o combate à pandemia causada pelo vírus da COVID-19. Suspensão imediata da  
prática de qualquer ato pela Reclamada no referido procedimento administrativo.  
Objeto: Violação ao princípio do Promotor Natural.  
Relator: Cons. Jaime de Cassio Miranda  
Origem: Distrito Federal

67) Processo Administrativo Disciplinar nº 1.00693/2021-90 (Processo Sigiloso)

Requerente: Corregedoria Nacional do Ministério Público  
Requerido: Membro do Ministério Público do Distrito Federal e Territórios  
Advogado: João Pedro de Souza Mello – OAB/DF n.º 63.016  
Ministério Público do Distrito Federal e Territórios e Corregedoria Geral do  
Interessados: Ministério Público do Distrito Federal e Territórios  
Objeto: Membro do Ministério Público do Distrito Federal e Territórios. Reclamação

Disciplinar nº 1.00476/2020-00. Exercício da advocacia por parte de integrante dos quadros de membros ativos do Parquet. Reincidência. Desrespeito à decisão proferida e penalidade aplicada pelo Conselho Nacional do Ministério Público.

Relator: Cons. Jaime de Cassio Miranda  
Origem: Distrito Federal

68) Conflito de Atribuições nº 1.00550/2022-04

Requerente: Procuradoria da República – Santa Catarina  
Requerido: Ministério Público do Estado de Santa Catarina  
Ministério Público Federal no Estado de Santa Catarina. Ministério Público do Estado de Santa Catarina. Conflito negativo de atribuição. Notícia de Fato nº 1.33.000.000860/2022-61. Apuração de possíveis irregularidades ambientais decorrentes de poluição atmosférica causada pelo excesso de tráfego de caminhões e alta propagação de poeira, oriundos do empreendimento mineral SL VIEIRA TERRAPLANAGEM, em Biguaçu/SC.  
Objeto: VIEIRA TERRAPLANAGEM, em Biguaçu/SC.  
Relator: Cons. Paulo Cezar dos Passos  
Origem: Santa Catarina

69) Conflito de Atribuições nº 1.00713/2022-50

Requerente: Ministério Público do Estado de São Paulo  
Requerido: Procuradoria da República – São Paulo  
Ministério Público do Estado de São Paulo. Ministério Público Federal no Estado de São Paulo. Conflito negativo de atribuições. Notícia de Fato nº 38.0419.0000014/2022-1. Processo nº 5002164-49.2019.4.03.6115. SEI 29.0001.0094748.2022-78. Apuração de prática do crime disposto no art. 334-A, § 1º, inciso IV, do Código Penal. Proposta de acordo de não persecução penal. Município de São João da Boa Vista/SP. Município de Santa Cruz das Palmeiras/SP.  
Objeto: Palmeiras/SP.  
Relator: Cons. Paulo Cezar dos Passos  
Origem: São Paulo

70) Reclamação para Preservação da Autonomia do Ministério Público nº 1.00848/2022-05 (Recurso Interno)

Recorrente: Diomar Bezerra Lima  
Advogado: Eduardo Grolli – OAB/MA nº 6505  
Recorrido: Ministério Público do Estado do Maranhão  
Ministério Público do Estado do Maranhão. Requer que o Parquet reassuma a elaboração da folha de pagamento dos aposentados, atualmente delegada ao Instituto de Previdência dos Servidores Públicos do Estado – IPREV/MA, autarquia estadual vinculada ao Poder Executivo, com o intuito de preservar a autonomia administrativa, financeira e orçamentária do Ministério Público do Estado do Maranhão.  
Objeto: Maranhão.  
Relator: Cons. Daniel Carnio Costa  
Origem: Maranhão

71) Conflito de Atribuições nº 1.00942/2022-00

Requerente: Procuradoria da República – Rondônia  
Requerido: Ministério Público do Estado de Rondônia  
Ministério Público Federal no Estado de Rondônia. Ministério Público do Estado de Rondônia. Conflito negativo de atribuições. Inquérito Civil nº 1.31.000.001246/2017-23. Apuração de possíveis irregularidades em obras públicas em escolas com recursos públicos provenientes do FNDE. Termo de Compromisso do Programa Ações Articuladas – PAR 32157/2014. Município de Governador Jorge Teixeira/RO.  
Objeto: Ações Articuladas – PAR 32157/2014. Município de Governador Jorge Teixeira/RO.  
Relator: Cons. Paulo Cezar dos Passos  
Origem: Rondônia



- 72) Pedido de Providências nº 1.00961/2022-46  
Requerente: Comissão de Controle Administrativo e Financeiro  
Interessado: Transparência Brasil  
Conselho Nacional do Ministério Público. Estudo acerca da possibilidade de melhorias na disponibilização das informações sobre remunerações dos Ministérios Públicos, mediante adoção de boas práticas em transparência ativa e dados abertos, alinhadas com as determinações da Lei de Acesso à Informação (Lei nº 12.527/2011) e das Resoluções CNMP nº 86/2012 e nº 89/2012.  
Objeto:  
Relator: Cons. Jaime de Cassio Miranda  
Origem: Distrito Federal
- 73) Procedimento de Controle Administrativo nº 1.00984/2022-04  
Requerente: Ulisses Moroni Junior  
Requerido: Ministério Público do Estado de Roraima  
Ministério Público do Estado de Roraima. Vacância do cargo de Procurador de Justiça. Solicita publicação do edital de promoção para preenchimento da vaga aberta e consequente recomposição do Colégio de Procuradores. Lei Complementar Estadual de Roraima nº 03/1994  
Objeto:  
Relator: Cons. Jaime de Cassio Miranda  
Origem: Roraima
- 74) Conflito de Atribuições nº 1.01016/2022-99  
Requerente: Ministério Público do Estado do Paraná  
Requerido: Ministério Público do Estado de Santa Catarina  
Ministério Público do Estado do Paraná. Ministério Público do Estado de Santa Catarina. Conflito negativo de atribuição. Inquérito Policial n.º 0000932-48.2022.8.16.0146. Apuração de possível prática de furto. Promotoria de Justiça de Rio Negro/PR. Promotoria de Justiça de Papanduva/SC.  
Objeto:  
Relator: Cons. Daniel Carnio Costa  
Origem: Paraná
- 75) Conflito de Atribuições nº 1.01043/2022-61  
Requerente: Procuradoria da República – Alagoas/União dos Palmares  
Requerido: Ministério Público do Estado de Alagoas  
Ministério Público Federal. Ministério Público do Estado de Alagoas. Conflito negativo de atribuição. Notícia de Fato n.º 1.11.001.000093/2022-47. Apuração de irregularidades em barragem sem licença ambiental no Município de Batalha/AL.  
Objeto:  
Relator: Cons. Paulo Cezar dos Passos  
Origem: Distrito Federal
- 76) Conflito de Atribuições nº 1.01077/2022-10  
Requerente: Ministério Público do Trabalho  
Requerido: Procuradoria da República – Rio Grande do Norte/Ceará-Mirim  
Ministério Público do Trabalho. Ministério Público Federal. Conflito negativo de atribuição. Processo n.º 000559.2022.21.000/3. Alegação de irregularidades referentes a condições de trabalho de militares no Hospital Naval de Natal.  
Objeto:  
Relator: Cons. Daniel Carnio Costa  
Origem: Rio Grande do Norte
- 77) Conflito de Atribuições nº 1.01109/2022-40  
Requerente: Ministério Público do Estado do Espírito Santo  
Requerido: Ministério Público do Trabalho  
Ministério Público do Espírito Santo. Ministério Público do Trabalho. Conflito negativo de atribuição. Procedimento Preparatório n.º 2022.0006.3304-16. Apuração de negativa do Sindicato dos Servidores Públicos Municipais de Cachoeiro de Itapemirim em desfilial sindicalizados.  
Objeto:  
Relator: Cons. Rogério Magnus Varela Gonçalves

Origem: Espírito Santo

78) Proposição nº 1.01122/2022-54

Requerente: Moacyr Rey Filho

Objeto: Conselho Nacional do Ministério Público. Criação da Estratégia Nacional do Ministério Público Digital (MP Digital).

Relator: Cons. Rogério Magnus Varela Gonçalves

Origem: Distrito Federal

Processos desta Sessão (19/12/2022)

79) Proposição nº 1.00152/2019-10 (Apenso: Processo nº 1.01037/2020-51)

Requerente: Valter Shuenquener de Araújo

Objeto: Conselho Nacional do Ministério Público. Proposta de Resolução. Determinação para a manutenção de cadastro de palestrantes com o objetivo de fomentar a paridade de gênero nos eventos promovidos ou apoiados pelas unidades do Ministério Público.

Relator: Cons. Otavio Luiz Rodrigues Junior

Origem: Distrito Federal

80) Reclamação Disciplinar nº 1.00422/2019-93 (Pedido de Revisão)

Requerentes: Erick Venâncio Lima do Nascimento; Leonardo Accioly da Silva

Requeridos: Membros do Ministério Público Federal

Advogado: Matheus Capatti Nunes Coimbra – OAB/DF n.º 52.810

Objeto: Pedido de revisão de decisão monocrática proferida pela Corregedoria Nacional do Ministério Público que determinou o arquivamento de reclamação disciplinar instaurada em desfavor de membros do Ministério Público Federal.

Relator: Cons. Otavio Luiz Rodrigues Junior

Origem: Paraná

81) Reclamação Disciplinar nº 1.00490/2019-06 (Recurso Interno)

Recorrente: Associação Brasileira de Juristas pela Democracia

Advogados: Rivadavio Anadão de Oliveira Guassu – OAB/DF n.º 41777; Raimundo Cezar Britto

Advogados: Aragão – OAB/DF n.º 32147-B; Nuredin Ahmad Allan – OAB/PR n.º 37.148-A

Recorridos: Membros do Ministério Público Federal

Advogado: Matheus Capatti Nunes Coimbra – OAB/DF n.º 52.810

Objeto: Reclamação Disciplinar instaurada em desfavor de membros do Ministério Público Federal.

Relator: Cons. Otavio Luiz Rodrigues Junior

Origem: Paraná

82) Pedido de Providências nº 1.00670/2019-80

Requerente: União Federal

Advogados: Anna Dias Rodrigues – OAB/MG n.º 131159; Rogerio Telles Correia das Neves – OAB/SP n.º 133445

Requerido: Ministério Público da União

Objeto: Ministério Público da União. Inviabilidade de percepção de adicional de atividade penosa em favor de analistas e técnicos. Portaria PGR/MPU n.º 633/2010. Necessidade de regulamentação por lei específica.

Relator: Cons. Otavio Luiz Rodrigues Junior

Origem: Distrito Federal

83) Reclamação Disciplinar nº 1.00711/2020-62 (Recurso Interno)

Recorrente: Novo Porto Terminais Portuários Multicargas e Logística Ltda.

Advogado: Cesar Lourenço Soares Neto – OAB/PR n.º 29201

Recorridos: Membros do Ministério Público do Estado do Paraná

Objeto: Reclamação Disciplinar instaurada em desfavor de membros do Ministério Público

do Estado do Paraná.

Relator: Cons. Otavio Luiz Rodrigues Junior  
Origem: Paraná

84) Reclamação Disciplinar nº 1.00784/2020-45 (Recurso Interno)

Recorrente: Claudio Bomfim de Castro e Silva  
Advogado: Carlo Huberth Castro Cueva e Luchione – OAB/RJ n.º 47698  
Recorridos: Membros do Ministério Público do Estado do Rio de Janeiro  
Aristides Junqueira Alvarenga – OAB/DF n.º 12.500 Juliana Moura Alvarenga  
Dilascio – OAB/DF n.º 20.522; Luciana Moura Alvarenga Simioni – OAB/DF n.º  
Advogados: 1878-A  
Reclamação Disciplinar instaurada em desfavor de membros do Ministério Público  
Objeto: do Estado do Rio de Janeiro.  
Relator: Cons. Otavio Luiz Rodrigues Junior  
Origem: Rio de Janeiro

85) Procedimento de Controle Administrativo nº 1.01073/2020-15

Requerente: Daniel Lucio da Silveira  
Advogado: Paulo César Rodrigues de Faria – OAB/DF n.º 64.817  
Requerido: Ministério Público Federal  
Interessado: Monique Cheker de Souza  
Ministério Público Federal. Procuradoria da República do Município de Petrópolis.  
Inquérito Civil n.º 1.30.007.000112/2020-68. Suposto ato de improbidade  
Objeto: administrativa praticado por Deputado Federal noticiado em matéria jornalística.  
Ausência de justa causa. Pedido de liminar.  
Relator: Cons. Otavio Luiz Rodrigues Junior  
Origem: Distrito Federal

86) Procedimento de Controle Administrativo nº 1.00679/2021-23

Requerente: Carlos Moises da Silva  
Advogado: Luis Irapuan Campelo Bessa Neto – OAB/SC n.º 041393  
Requerido: Ministério Público do Estado de Santa Catarina  
Ministério Público do Estado de Santa Catarina. Terceira Turma Revisora do  
Objeto: Conselho Superior. Apuração de atos de improbidade administrativa praticados na  
aquisição de 200 ventiladores pulmonares, pelo Estado de Santa Catarina, no  
âmbito do Inquérito Civil nº 06.2020.00001921-9. Apreciação de Promoção Parcial  
de Arquivamento com relação ao Governador do Estado. Alegação de violação às  
prerrogativas do exercício profissional da advocacia, bem como ao devido processo  
legal. Pedido de liminar.  
Relator: Cons. Otavio Luiz Rodrigues Junior  
Origem: Santa Catarina

87) Reclamação Disciplinar nº 1.00741/2021-96 (Recurso Interno)

Recorrente: Cristiano Zanin Martins  
Lyzie de Sousa Andrade Perfi – OAB/SP n.º 368980; Eduardo Ramos Junior –  
OAB/SP n.º 304887; Maria de Lourdes Lopes – OAB/SP n.º 77513; Eliakin Tatsuo  
Yokosawa Pires dos Santos – OAB/SP n.º 386266; Guilherme Queiroz Gonçalves –  
OAB/DF n.º 37961; Victor Lugan Rizzon Chen – OAB/SP n.º 448673; Valeska  
Teixeira Zanin Martins – OAB/SP n.º 153720; Ari Crispim dos Anjos Junior –  
Advogados: OAB/SP n.º 256825; William Gabriel Waclawovsky – OAB/SP n.º 373933  
Recorridos: Membros do Ministério Público Federal  
Andre Fonseca Roller – OAB/DF n.º 20.742; Fernando Gaião Torreão de Carvalho –  
Advogados: OAB/DF n.º 20.800; Felipe de Oliveira Mesquita – OAB/DF n.º 34.673  
Reclamação Disciplinar instaurada em desfavor de membros do Ministério Público  
Objeto: Federal.  
Relator: Cons. Otavio Luiz Rodrigues Junior  
Origem: Rio de Janeiro

- 88) Reclamação Disciplinar nº 1.01351/2021-15 (Recurso Interno)  
Recorrente: Ordem dos Advogados do Brasil  
Advogado: João Augusto Soares Viegas – OAB/AL n.º 8814  
Recorrido: Membro do Ministério Público do Estado de Alagoas  
Advogado: Lucas Almeida de Lopes Lima – OAB/AL n.º 12.623  
Objeto: Reclamação Disciplinar instaurada em desfavor de membro do Ministério Público do Estado de Alagoas.  
Relator: Cons. Otavio Luiz Rodrigues Junior  
Origem: Alagoas
- 89) Procedimento de Controle Administrativo nº 1.00065/2022-31  
Requerente: Ordem dos Advogados do Brasil Seção da Bahia  
Advogado: Edgard da Costa Freitas Neto – OAB/BA n.º 26466  
Requerido: Ministério Público do Estado da Bahia  
Associação Nacional dos Procuradores Municipais; Associação do Ministério Público do Estado da Bahia; Associação Nacional dos Membros do Ministério Público – CONAMP; Conselho Federal da Ordem dos Advogados do Brasil; Priscilla Lisboa Pereira  
Interessados  
Advogado: Manoel Joaquim Pinto Rodrigues da Costa – OAB/BA n.º 11.024  
Ministério Público do Estado da Bahia. Recomendação 01/2022, expedida pela Promotoria de Justiça de Proteção da Moralidade Administrativa e do Patrimônio Público – 7ª Promotoria de Justiça. Rescisão imediata de contratos administrativos firmados com escritórios de advocacia mediante inexigibilidade de licitação prescindindo da demonstração prévia de ocorrência, no caso concreto, de ilícito. Alegação de falta de fundamentação apropriada, exigida pelo art. 7º, da Resolução CNMP n.º 164/2017. Pedido de liminar.  
Objeto:  
Relator: Cons. Otavio Luiz Rodrigues Junior  
Origem: Bahia
- 90) Processo Administrativo Disciplinar nº 1.00097/2022-82  
Requerente: Corregedoria Nacional do Ministério Público  
Requerido: Membro do Ministério Público do Estado de Mato Grosso  
Advogado: José Fabio Marques Dias Junior – OAB/MT n.º 6.398  
Corregedoria Geral do Ministério Público do Estado de Mato Grosso; Ministério Público do Estado de Mato Grosso  
Interessados: Membro do Ministério Público do Estado de Mato Grosso. Reclamação Disciplinar nº 1.01456/2021-29. Entrevista concedida a portal de notícias, com possíveis ofensas e juízos depreciativos à atuação de integrante do Conselho Nacional do Ministério Público, bem como à atuação da própria instituição.  
Objeto:  
Relator: Cons. Moacyr Rey Filho  
Origem: Mato Grosso
- 91) Processo Administrativo Disciplinar nº 1.00152/2022-61 (Embargos de Declaração)  
Embargante: Francisco Eugenio Coutinho do Amaral  
Advogado: Luis Carlos Parreiras Abritta – OAB/MG n.º 58.400  
Embargado: Corregedoria Nacional do Ministério Público  
Membro do Ministério Público do Estado de Minas Gerais. Reclamação Disciplinar n.º 1.00581/2021-01. Divulgação de mensagens em perfil pessoal na rede social "Facebook", com ofensas à honra e à reputação de ex-Presidente da República e Governador de Estado, bem como a Ministros do Supremo Tribunal Federal.  
Objeto:  
Relator: Cons. Antônio Edílio Magalhães Teixeira  
Origem: Minas Gerais
- 92) Proposição nº 1.00225/2022-24  
Requerente: Rinaldo Reis Lima  
Objeto: Conselho Nacional do Ministério Público. Alteração do Regimento Interno do CNMP.

Resolução CNMP nº 92, de 13 de março de 2013. Aumento da duração do Plenário Virtual.

Relator: Cons. Otavio Luiz Rodrigues Junior  
Origem: Distrito Federal

93) Pedido de Providências nº 1.00306/2022-24

Requerente: Uly Tognolo  
Requerido: Ministério Público do Estado de São Paulo  
Ministério Público do Estado de São Paulo. Alegação de irregularidades na avaliação funcional de servidores.  
Objeto: avaliação funcional de servidores.  
Relator: Cons. Otavio Luiz Rodrigues Junior  
Origem: São Paulo

94) Reclamação Disciplinar nº 1.00393/2022-74 (Recurso Interno)

Recorrente: Thais Takahashi  
Advogado: Gustavo Tuller Oliveira Freitas – OAB/PR n.º 054411  
Recorrido: Membro do Ministério Público do Estado do Paraná  
Reclamação Disciplinar instaurada em desfavor de membro do Ministério Público do Estado do Paraná.  
Objeto: Reclamação Disciplinar instaurada em desfavor de membro do Ministério Público do Estado do Paraná.  
Relator: Cons. Rogério Magnus Varela Gonçalves  
Origem: Paraná

95) Notícia de Fato nº 1.00533/2022-78 (Recurso Interno)

Recorrente: Frederico Batistella Yasuda  
Notícia de Fato. Membro do Ministério Público do Estado de São Paulo. Informa supostas irregularidades na atuação funcional.  
Objeto: supostas irregularidades na atuação funcional.  
Relator: Cons. Rodrigo Badaró Almeida de Castro  
Origem: São Paulo

96) Reclamação Disciplinar nº 1.00608/2022-48 (Processo Sigiloso)

Requerente: Sigiloso  
Requerido: Membro do Ministério Público do Distrito Federal e Territórios  
Ministério Público do Distrito Federal e Territórios; Corregedoria Geral do Ministério Público do Distrito Federal e Territórios  
Interessados: Público do Distrito Federal e Territórios  
Reclamação Disciplinar instaurada em desfavor de membro do Ministério Público do Distrito Federal e Territórios.  
Objeto: Reclamação Disciplinar instaurada em desfavor de membro do Ministério Público do Distrito Federal e Territórios.  
Relator: Cons. Oswaldo D'Albuquerque Lima Neto  
Origem: Distrito Federal

97) Processo Administrativo Disciplinar nº 1.00627/2022-83 (Embargos de Declaração)

Embargante: Francisco Eugenio Coutinho do Amaral;  
Advogado: Luis Carlos Parreiras Abritta – OAB/MG n.º 58.400  
Embargado: Corregedoria Nacional do Ministério Público  
Membro do Ministério Público do Estado de Minas Gerais. Reclamação Disciplinar n.º 1.00049/2022-67. Postagens em perfil pessoal da rede social Facebook, com conteúdo possivelmente atentatório ao prestígio da Justiça e ofensivas à honra e à imagem de ex-presidentes da República, parlamentares e governador de Estado.  
Objeto: Postagens em perfil pessoal da rede social Facebook, com conteúdo possivelmente atentatório ao prestígio da Justiça e ofensivas à honra e à imagem de ex-presidentes da República, parlamentares e governador de Estado.  
Relator: Cons. Antônio Edílio Magalhães Teixeira  
Origem: Minas Gerais

98) Pedido de Providências nº 1.00719/2022-81

Requerente: João Paulo da Silva Mendes  
Requerido: Ministério Público do Estado de Minas Gerais  
Ministério Público do Estado de Minas Gerais. Regulamentação de assistência médico-hospitalar a servidores do quadro auxiliar. Distinção para com membros. Alegação de violação ao princípio da isonomia. Alegação de não cumprimento da Resolução CNMP n.º 223/2020.  
Objeto: Regulamentação de assistência médico-hospitalar a servidores do quadro auxiliar. Distinção para com membros. Alegação de violação ao princípio da isonomia. Alegação de não cumprimento da Resolução CNMP n.º 223/2020.

Relator: Cons. Otavio Luiz Rodrigues Junior  
Origem: Minas Gerais

99) Pedido de Providências nº 1.00724/2022-58

Requerente: Viviane Mendes dos Santos  
Requerido: Ministério Público do Distrito Federal e Territórios  
Ministério Público do Distrito Federal e Territórios. Atuação. Promoção de arquivamento. Promotoria de Justiça PRÓ-VIDA. Notícia de Fato nº 08190.006465/21-21. Procedimento Administrativo 08190.000869/20-66. Apuração de fatos possivelmente ilícitos imputados a servidores do IML/PCDF. Pedido liminar.  
Objeto: de fatos possivelmente ilícitos imputados a servidores do IML/PCDF. Pedido liminar.  
Relator: Cons. Jayme Martins de Oliveira Neto  
Origem: Distrito Federal

100) Procedimento de Controle Administrativo nº 1.00804/2022-02 (Embargos de Declaração)

Embargante: Fórum Evangélico Nacional de Ação Social e Política – FENASP  
Advogado: Ricardo Hasson Sayeg – OAB/SP n.º 108332  
Embargado: Procuradoria da República – Santa Catarina  
Ministério Público Federal no Estado de Santa Catarina. Desconstituição de ato administrativo. Recomendação nº 19/2022-GABDCE-PR/SC-MPF. Procedimento nº 1.33.000.001253/2022-18. 7º Ofício da Cidadania, em Florianópolis/SC. Garantia a pacientes a realização de procedimentos de interrupção da gestação nas hipóteses de aborto legal. Descumprimento da Norma Técnica do Ministério da Saúde.  
Objeto: Pedido liminar.  
Relator: Cons. Rogério Magnus Varela Gonçalves  
Origem: Santa Catarina

101) Conflito de Atribuições nº 1.00958/2022-87

Requerente: Procuradoria da República – Bahia  
Requerido: Ministério Público do Estado da Bahia  
Ministério Público Federal no Estado da Bahia. Ministério Público do Estado da Bahia. Conflito negativo de atribuições. Notícia de Fato nº 1.14.002.000082/2022-45. Apuração de suposta irregularidade perpetrada pela Universidade Norte do Paraná (UNOPAR), que estaria coagindo os alunos a participarem da solenidade de colação de grau. Município de Senhor do Bonfim/BA.  
Objeto: colação de grau. Município de Senhor do Bonfim/BA.  
Relator: Cons. Ângelo Fabiano Farias da Costa  
Origem: Bahia

102) Reclamação Disciplinar nº 1.00974/2022-51

Requerente: Corregedoria Nacional do Ministério Público  
Requerido: Membro do Ministério Público do Estado de São Paulo  
Corregedoria Geral do Ministério Público do Estado de São Paulo; Ministério Público do Estado de São Paulo  
Interessados: Reclamação Disciplinar instaurada em desfavor de membro do Ministério Público do Estado de São Paulo.  
Objeto: do Estado de São Paulo.  
Relator: Cons. Oswaldo D'Albuquerque Lima Neto  
Origem: São Paulo

103) Conflito de Atribuições nº 1.01009/2022-05

Requerente: Procuradoria da República – Bahia  
Requerido: Ministério Público do Estado da Bahia  
Ministério Público Federal. Ministério Público do Estado da Bahia. Conflito negativo de atribuição. Notícia de Fato nº 1.14.013.000116/2022-72. Apuração da ausência de fornecimento do medicamento Galvus Met (Vildagliptina/metformina) pela Secretaria Municipal de Saúde de Jucuruçu/BA.  
Objeto: Secretaria Municipal de Saúde de Jucuruçu/BA.  
Relator: Cons. Daniel Carnio Costa  
Origem: Bahia

- 104) Procedimento de Controle Administrativo nº 1.01027/2022-97  
Requerente: Associação Cearense do Ministério Público – ACMP  
Advogado: Matheus Andrade Braga – OAB/CE n.º 40.495  
Corregedoria Geral do Ministério Público do Ceará; Ministério Público do Estado do Ceará  
Requeridos: Ministério Público do Estado do Ceará. Portarias nº 0019/2022/CGMP/Inspeção e 0020/2022/CGMP/Inspeção. Inspeção em todas as Promotorias de Justiça de entrância inicial e intermediária. Alegação de violação aos princípios da proporcionalidade e razoabilidade. Pedido de liminar.  
Objeto: Cons. Jayme Martins de Oliveira Neto  
Relator: Ceará  
Origem:
- 105) Procedimento de Controle Administrativo nº 1.01071/2022-98 (Recurso Interno)  
Sindicato Nacional dos Servidores do Ministério Público da União e do Conselho Nacional do Ministério Público  
Recorrente: Fabio Fontes Estillac Gomez – OAB/DF n.º 34.163  
Advogado: Ministério Público do Trabalho; Procuradoria Regional do Trabalho – 5ª Região/BA  
Recorridos: Ministério Público do Trabalho da 5ª Região. Portaria PRT5 nº 37, de 18 de julho de 2022. Sistema de substituição entre analistas jurídicos denominado "apoio mútuo". Alegação de nulidade. Pedido de liminar.  
Objeto: Cons. Engels Augusto Muniz  
Relator: Distrito Federal  
Origem:
- 106) Conflito de Atribuições nº 1.01123/2022-08  
Requerente: Ministério Público do Estado de Santa Catarina  
Requerido: Procuradoria da República – Santa Catarina  
Ministério Público do Estado de Santa Catarina. Ministério Público Federal. Conflito negativo de atribuição. SIG n.º 01.2022.00019678-8 (NF n.º 1.33.008.000157/2016-34). Apuração de possível dano ambiental decorrente de extração de minérios (areia e argila) em desacordo com a licença obtida, na Comarca de Tijucas/SC.  
Objeto: Cons. Moacyr Rey Filho  
Relator: Santa Catarina  
Origem:
- 107) Conflito de Atribuições nº 1.01152/2022-98  
Requerente: Procuradoria da República – Minas Gerais  
Requerido: Ministério Público do Estado de Minas Gerais  
Ministério Público Federal. Ministério Público do Estado de Minas Gerais. Conflito negativo de atribuição. Inquérito Civil n.º 1.22.004.000075/2022-51. Utilização de veículo do transporte escolar (ônibus) para o transporte de pessoas para tratamento de saúde no Município de Alfenas, com suposto desvio de finalidade.  
Objeto: Cons. Moacyr Rey Filho  
Relator: Minas Gerais  
Origem:
- 108) Pedido de Providências nº 1.01187/2022-08  
Requerente: Christiane Deucher  
Advogada: Izabella Hernandez Borges – OAB /SP n.º 327697  
Requerido: Ministério Público do Estado de São Paulo  
Ministério Público do Estado de São Paulo. Ação referente à violência doméstica contra mulher. Requerimento de medidas protetivas de urgência. Indeferimento por parte da representante ministerial.  
Objeto: Cons. Jayme Martins de Oliveira Neto  
Relator: São Paulo  
Origem:
- 109) Pedido de Providências nº 1.01189/2022-07  
Requerente: Luis Fernando Cardoso Rezende

Requerido: Ministério Público do Estado do Rio de Janeiro  
Ministério Público do Estado do Rio de Janeiro. Comunicação 818700. MPRJ 202200882513. Indeferimento de pedido de acesso à informação. Alegação de dificuldades para ter conhecimento dos motivos da negativa e para exercer o direito de recorrer da decisão proferida pela 6ª Promotoria de Justiça de Tutela Coletiva de Defesa da Cidadania da Capital.

Objeto: Defesa da Cidadania da Capital.

Relator: Cons. Otavio Luiz Rodrigues Junior

Origem: Rio de Janeiro

110) Conflito de Atribuições nº 1.01193/2022-20

Requerente: Ministério Público do Estado do Rio de Janeiro

Requerido: Ministério Público Federal  
Ministério Público do Estado do Rio de Janeiro. Ministério Público Federal. Conflito negativo de atribuição. Procedimento MPRJ n.º 2015.01162983 (Conflito de Atribuição n.º 1.00.000.011812/2018-62). Apuração de possível poluição atmosférica decorrente do transporte de minério de ferro em vagões de trem sem proteção que impeça a dispersão das partículas no ar, em desrespeito à legislação municipal de Mangaratiba. 1ª Promotoria de Justiça de Tutela Coletiva do Núcleo

Objeto: Angra dos Reis.

Relator: Cons. Jayme Martins de Oliveira Neto

Origem: Rio de Janeiro

111) Conflito de Atribuições nº 1.01197/2022-44

Requerente: Ministério Público do Trabalho

Requerido: Procuradoria da República – Rio Grande do Norte/Ceará-Mirim  
Ministério Público do Trabalho. Ministério Público Federal. Conflito negativo de atribuição. Notícia de Fato n.º 000724.2022.21.000/6. Apuração de possíveis condições irregulares de trabalho de militares no Hospital Naval de Natal/RN.

Objeto: condições irregulares de trabalho de militares no Hospital Naval de Natal/RN.

Relator: Cons. Daniel Carnio Costa

Origem: Rio Grande do Norte

112) Conflito de Atribuições nº 1.01200/2022-93

Procuradoria Regional do Trabalho – 17ª Região/ES; Procuradoria do Trabalho no Município de Colatina – 17ª Região/ES

Requerentes: Município de Colatina – 17ª Região/ES

Requeridos: Ministério Público do Estado do Espírito Santo; Promotoria de Justiça de Marilândia  
Ministério Público do Trabalho no Estado do Espírito Santo. Ministério Público do Estado do Espírito Santo. OUV2022095990. NF 000081.2022.17.003/0. Possíveis irregularidades na eleição da diretoria e da presidência do Sindicato dos Servidores Públicos do Município de Marilândia/ES.

Objeto: Sindicatos Públicos do Município de Marilândia/ES.

Relator: Cons. Otavio Luiz Rodrigues Junior

Origem: Espírito Santo

113) Procedimento de Controle Administrativo nº 1.01211/2022-91

Requerente: Yelena de Fatima Monteiro Araujo

Requeridos: Colégio de Procuradores de Justiça; Ministério Público do Estado de Pernambuco  
Ministério Público do Estado de Pernambuco. Suspensão da Resolução do Colégio de Procuradores de Justiça CPJ nº 006/2022. Formação de lista triplíce para seleção do Procurador-Geral de Justiça sem a garantia de efetiva e eficaz participação da representatividade feminina. Pedido liminar.

Objeto: suspensão da Resolução do Colégio de Procuradores de Justiça CPJ nº 006/2022. Formação de lista triplíce para seleção do Procurador-Geral de Justiça sem a garantia de efetiva e eficaz participação da representatividade feminina. Pedido liminar.

Relator: Cons. Rogério Magnus Varela Gonçalves

Origem: Pernambuco

114) Conflito de Atribuições nº 1.01215/2022-06

Requerente: Ministério Público do Estado do Rio de Janeiro

Requerido: Procuradoria da República – Rio de Janeiro  
2ª Promotoria de Justiça de Investigação Penal Territorial da Área Centro e Zona

Interessado: Portuária do Núcleo Rio de Janeiro



Objeto: Ministério Público do Estado do Rio de Janeiro. Ministério Público Federal no Estado do Rio de Janeiro. Conflito negativo de atribuições. Procedimento MPRJ 2022.00796268 (SEI n.º 20.22.0001.0066344.2022-30). Notícia de Fato n.º 1.30.001.003577/2022-92. Apuração de denúncia feita à Polícia Federal de invasão e ocupação de prédio do INSS no Município do Rio de Janeiro.  
Relator: Cons. Antônio Edílio Magalhães Teixeira  
Origem: Rio de Janeiro

115) Conflito de Atribuições n.º 1.01224/2022-05

Requerente: Ministério Público do Estado de Minas Gerais  
Requerido: Ministério Público do Estado de São Paulo  
Interessado: Tribunal de Justiça do Estado de Minas Gerais  
Ministério Público do Estado de São Paulo. Ministério Público do Estado de Minas Gerais. Conflito negativo de atribuições. Processo TJSP n.º 0060296-76.2016.8.26.0050. Processo TJMG n.º 0024695-17.2021.8.13.0625. Apuração de furto qualificado. Comarca de São Paulo. Comarca de São João del Rei.  
Objeto: furto qualificado. Comarca de São Paulo. Comarca de São João del Rei.  
Relator: Cons. Rogério Magnus Varela Gonçalves  
Origem: Minas Gerais

116) Representação por Inércia ou Excesso de Prazo n.º 1.01229/2022-75

Requerente: Eduardo Luiz Filippo Braga  
Requerido: Ministério Público do Estado de São Paulo  
Ministério Público do Estado de São Paulo. 2ª Promotoria de Justiça de Aparecida. Processo n.º 1501090-84.2020.8.26.0028. Alegação de inação do representante ministerial ao concordar com sucessivos prazos de dilação em inquérito policial.  
Objeto: inação do representante ministerial ao concordar com sucessivos prazos de dilação em inquérito policial.  
Relator: Cons. Otávio Luiz Rodrigues Junior  
Origem: São Paulo

117) Conflito de Atribuições n.º 1.01257/2022-00

Requerente: Procuradoria da República – Rio Grande do Norte/Ceará-Mirim  
Requerido: Ministério Público do Estado do Rio Grande do Norte  
Ministério Público Federal no Estado do Rio Grande do Norte. Ministério Público do Estado do Rio Grande do Norte. Conflito negativo de atribuições. Procedimento Preparatório n.º 1.28.200.000060/2022-53. Apuração de notícia de irregularidades praticadas pela atual gestão de Lagoa Nova/RN na condução de obras públicas supostamente custeadas com recursos federais.  
Objeto: irregularidades praticadas pela atual gestão de Lagoa Nova/RN na condução de obras públicas supostamente custeadas com recursos federais.  
Relator: Cons. Otávio Luiz Rodrigues Junior  
Origem: Rio Grande do Norte

118) Procedimento Interno de Comissão n.º 1.01261/2022-14

Requerente: Comissão de Planejamento Estratégico  
Conselho Nacional do Ministério Público. Procedimento Interno de Comissão. Relatório Anual de Atividades do Conselho Nacional do Ministério Público e da situação do Ministério Público no país em 2022.  
Objeto: Relatório Anual de Atividades do Conselho Nacional do Ministério Público e da situação do Ministério Público no país em 2022.  
Relator: Cons. Moacyr Rey Filho  
Origem: Distrito Federal

119) Conflito de Atribuições n.º 1.01267/2022-46

Requerente: Ministério Público do Estado de São Paulo  
Requerido: Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul  
Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul. Ministério Público do Estado de São Paulo. Conflito negativo de atribuições. Peças de Informação MPSP n.º 66.0161.0000473/2022-4 (SEI n.º 29.0001.0094247.2022-25). Procedimento MPMS n.º 09.2022.00002532-9. Apuração de eventual não cumprimento do disposto no art. 105, inciso VI, do Código de Trânsito Brasileiro e na Resolução CONTRAN n.º 46/1998, por parte de diversas empresas que atuam no mercado de fabricação, produção, importação e montagem de bicicletas.  
Objeto: eventual não cumprimento do disposto no art. 105, inciso VI, do Código de Trânsito Brasileiro e na Resolução CONTRAN n.º 46/1998, por parte de diversas empresas que atuam no mercado de fabricação, produção, importação e montagem de bicicletas.

Relator: Cons. Engels Augusto Muniz  
Origem: Mato Grosso do Sul

ANTÔNIO AUGUSTO BRANDÃO DE ARAS  
Presidente do Conselho Nacional do Ministério Público

## PLENÁRIO

ACÓRDÃO DE 22 DE NOVEMBRO DE 2022

PROCEDIMENTO DE CONTROLE ADMINISTRATIVO Nº. 1.01161/2022-89

RELATOR: CONSELHEIRO RINALDO REIS LIMA

REQUERENTE: SIGILOSO

REQUERIDO: MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL

EMENTA

PROCEDIMENTO DE CONTROLE ADMINISTRATIVO. MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL. CONCURSO PÚBLICO PARA MEMBRO DO MPRS. PROVA DISCURSIVA. REJEIÇÃO DA PRELIMINAR DE PRÉVIA JUDICIALIZAÇÃO DA MATÉRIA. QUESTIONAMENTO DO ESPELHO DE RESPOSTA. SUPOSTA AUSÊNCIA DE ELEMENTARES DO TIPO PENAL. INOCORRÊNCIA. ALEGADA VIOLAÇÃO À TEORIA DOS MOTIVOS DETERMINANTES. INOCORRÊNCIA. IMPROCEDÊNCIA.

1. Trata-se de Procedimento de Controle Administrativo instaurado a requerimento de candidatos inscritos no concurso para ingresso na carreira do Ministério Público do Estado do Rio Grande do Sul (Edital nº 01/2020), em que se aponta a existência de irregularidades no espelho de resposta da questão nº. 2 da prova discursiva relativa ao grupo temático III.
2. Inexistência de identidade de partes. Maior amplitude da eventual decisão de mérito da presente demanda administrativa em relação aos Mandados de Segurança nº. 70085702058, nº. 70085706190, nº. 70085712313 e nº. 70085712859. Distinção em relação ao resultado prático almejado. Rejeição da preliminar de prévia judicialização da matéria.
3. A jurisprudência do CNMP é firme no sentido de que a intervenção deste Órgão Nacional de Controle, na seara dos concursos públicos, é excepcionalíssima, só sendo admitida quando manifesta a violação à Constituição Federal, à legislação de regência, às normas editalícias e, ainda, aos princípios aplicáveis à Administração Pública (Súmula CNMP nº 10/2008).
4. Ao apreciar o enunciado da questão, verifica-se que todos os elementos destacados pelo examinador em sua manifestação podem ser claramente identificados, como forma de viabilizar ao candidato a conclusão pela aplicação do crime constante do espelho de resposta.
5. O fato de a questão demandar, como base para a resposta, “o posicionamento consolidado ou prevalente no STF e/ou no STJ” e “apenas os dados constantes no enunciado”, não determina como necessária a existência de julgados especificamente sobre casos idênticos ou sobre cada um dos fundamentos jurídicos apontados, tampouco afasta a possibilidade de interpretações sistemáticas com fulcro na jurisprudência já existente acerca da matéria.
6. Verifica-se que, a fim de exaurir os fundamentos do indeferimento do recurso, a banca examinadora destacou que,